



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO
DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL (IBRAM)

Nível Superior
MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE PROVAS

PARTE II

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 10
ANALISTA DE ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE

ESPECIALIDADE:

EDUCADOR AMBIENTAL

ATENÇÃO!

Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.

- 1 Nesta parte II do seu caderno de provas, confira atentamente os seus dados pessoais e os dados identificadores de seu cargo transcritos acima com o que está registrado em sua **folha de respostas** e na **folha de texto definitivo da prova discursiva**. Confira também o seu nome e o seu cargo no rodapé de cada página numerada desta parte II de seu caderno de provas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados identificadores de seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Um espírito leviano esquece, um coração generoso perdoo.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir relativos à Lei n.º 9.795/1999, que dispõe acerca da educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

- 61** O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo é mencionado nessa lei.
- 62** A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no âmbito dos currículos de ensino das instituições de ensino públicas e privadas.
- 63** A lei em apreço prevê que pelo menos 20% dos recursos arrecadados em função da aplicação de multas decorrentes do descumprimento da legislação ambiental sejam destinados às ações em educação ambiental.

Considerando a mediação dos conflitos socioambientais, julgue os itens que se seguem.

- 64** Nas séries iniciais do ensino fundamental, os riscos relacionados aos conflitos ambientais ainda são um ponto ignorado pelos educadores ambientais.
- 65** A sociologia do conflito afirma que a sociedade não é entidade orgânica, ao contrário, apresenta múltiplos interesses conflituosos contraditórios, permanentemente em disputa, demarcando embates de toda natureza.
- 66** É papel do consenso de grupo, na solução de conflitos, eliminar as tensões e discórdias, estimulando a produção de soluções de melhor qualidade.

Em relação à crise ambiental decorrente do aumento exponencial da população humana, do crescimento econômico, das desigualdades sociais e dos impactos ambientais, julgue os itens subsequentes.

- 67** A superação da crise somente será possível com base na substituição do paradigma ecocêntrico pelo antropocêntrico.
- 68** Para a sustentabilidade da vida torna-se necessário reduzir a pegada ecológica, que consiste na quantidade de água e terra biologicamente produtiva para fornecer recursos renováveis às populações humanas.
- 69** As consequências da degradação e da poluição ambiental não são distribuídas igualmente entre a população. A mesma estrutura de classe social que determina a desigual distribuição da riqueza também determina a desigual distribuição dos riscos ambientais e da poluição.

Entendem-se por Educação Ambiental os processos pelos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Lei n.º 9.795/1999.

De acordo com a lei de Educação Ambiental, Lei n.º 9.795/1999, e o Decreto 4.281/2002, que a regulamenta, julgue os itens a seguir.

- 70** A cidadania brasileira considera obrigatório o direito à educação ambiental, cabendo à sociedade como um todo manter a atenção à formação de valores e atitudes voltados para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.
- 71** Segundo o Decreto, compete ao órgão gestor levantar, sistematizar e divulgar as fontes de financiamento de projetos de Educação Ambiental. Cabe pontuar que, como o decreto se refere ao território nacional, apenas instituições brasileiras são contempladas.
- 72** A educação ambiental deve ser implantada como uma disciplina específica no currículo de ensino fundamental, no intuito de desenvolver a consciência ambiental com maior intensidade.



Internet: <www.mabnacional.org.br>.

A foto acima mostra uma das ações do Movimento dos atingidos por Barragens (MAB) contra a instalação de uma hidrelétrica no Rio Madeira. Com relação à importância da participação e articulação social para as questões socioambientais descritas no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), julgue os itens a seguir.

- 73** A participação e o controle social das comunidades podem levar a um empoderamento destas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa socioambientalmente.
- 74** O modelo de desenvolvimento econômico adotado contribui para o processo de exclusão social e expansão de impactos ambientais.

De acordo com os conceitos de pesquisa-participante, pesquisa-ação e pesquisa ação-participante, julgue os próximos itens.

- 75** A pesquisa participante, no que se refere à utilização dos recursos naturais, promove o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis pelos governos e universidades para serem entregues à comunidade-alvo.
- 76** A pesquisa-ação difere dos processos educativos tradicionais pelo seu caráter formativo com base no propósito emancipatório.
- 77** A pesquisa-ação participante está associada à visão holística em detrimento da visão especialista. Portanto, sua principal característica é a análise psicológica e social dos educandos para que possam resolver seus problemas diários.

Com relação ao movimento ambientalista e social brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 78** O Ambientalismo surgiu como uma facção do movimento social na década de 50 do século passado, em defesa por melhores condições de trabalho nas indústrias.
- 79** A Conferência de Estocolmo, em 1972, foi fundamental para a articulação das entidades ambientalistas e o governo. Tal ação se deu no sentido de aumentar o comprometimento do governo com a questão da poluição industrial.

Com relação ao ProNEA, julgue os seguintes itens.

- 80** O programa foi elaborado usando a educação formal e propõe uma construção participativa com relação aos princípios de humanismo, democratização e pluralismo de ideias. A esfera não formal da educação ambiental não é contemplada pelo programa.
- 81** O ProNEA tem como princípio a transparência e o diálogo, considerando a problematização do próprio conhecimento, com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide.
- 82** O programa prevê o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social.
- 83** A educação ambiental é um processo individual e cognitivo a partir do qual o educando, por meio de suas experiências pessoais constrói o conhecimento sobre as questões ambientais.
- 84** São princípios da educação para sociedades sustentáveis e responsabilidade global: promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária.

O aumento da atividade de pesca industrial em determinada região levou ao declínio das principais espécies pescadas. Tal fato impactou profundamente a vida dos moradores das comunidades caiçaras da região. Como consequência, os comunitários se reuniram e, através de suas lideranças, produziram um documento de protesto às atividades de pesca industrial requisitando uma postura governamental no sentido de controlar tais atividades. A associação local também passou a constituir uma rede junto a outras associações que possuem problemas semelhantes. A rede elaborou um projeto de educação ambiental nas comunidades para conscientizá-las dos conflitos socioambientais da região.

Tendo como referência a situação acima descrita, julgue os itens seguintes com base na Lei de Educação Ambiental e no ProNEA.

- 85** A instituição de redes de organizações da sociedade civil contribui para maior articulação vertical da população e tomadores de decisão em prol de melhores condições socioambientais.
- 86** O movimento se configura como exemplo de controle social levando a uma transversalidade e centralização espacial e institucional do manejo dos recursos pesqueiros.
- 87** O ProNEA prevê ações integradoras e voltadas à pesca amadora e agroecologia.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), julgue os itens que se seguem.

- 88** Considera-se que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- 89** A lei pressupõe uma flexibilidade de elaboração de calendário se adaptando a questões locais, como clima e calendário agrícola.

A participação social e a cidadania são potenciais ferramentas da sociedade para o desenvolvimento social equilibrado e ambientalmente sustentável. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 90** Com o grande desenvolvimento econômico do país nos últimos anos, vêm sendo feitos grandes investimentos — o que obriga o governo a aumentar impostos — na modernização dos Poderes Legislativo e Judiciário nas várias esferas de governo, garantindo-se, com isso, o pleno acesso à justiça às camadas sociais menos favorecidas.
- 91** O fato de, no Brasil, a legislação voltada para os direitos sociais estar entre as mais avançadas do planeta proporciona maior qualidade de vida aos brasileiros de todas as faixas sociais e regiões, o que confirma que produzir abundante e detalhada legislação é a melhor estratégia para o desenvolvimento social de um país.
- 92** A acentuada desigualdade socioeconômica diferencia o Brasil dos países onde o regime democrático é mais sedimentado, fator que dificulta a universalização dos direitos sociais básicos e a formação e consolidação de uma cidadania ampla.

A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. A sua produção foi coordenada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS), construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global, e entregue à sociedade, em 2002.

A Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de determinado território e envolve a implantação, nesse território, de um fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o fórum é responsável pela construção de um plano local de desenvolvimento sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum, são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.

Internet: <www.mma.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, acerca de processos de cidadania e participação social e socioambiental.

93 A Agenda 21 é de suma importância na gestão governamental de meio ambiente, pois todos os anos os governos dela se utilizam para agendar seu calendário de eventos, como seminários, audiências públicas, palestras e ciclos de reuniões técnicas.

94 Os representantes do governo e da sociedade civil que participam de um fórum da Agenda 21 Local constroem entre si um pacto pela sustentabilidade ambiental e tornam-se, automaticamente, responsáveis pela implementação das ações definidas no fórum.

Acerca do processo de extinção de espécies, julgue os próximos itens.

95 A extinção das espécies é um fato natural, com causas cientificamente comprovadas. Sendo assim, o necessário crescimento econômico brasileiro não pode ser culpado nesse processo.

96 O aumento do comércio internacional, embora gere crescimento econômico, é uma das causas do empobrecimento da biodiversidade, já que por meio dele são introduzidas espécies exóticas em novos ambientes. Nessa situação, essas espécies possuem vantagens competitivas, pela falta de seus predadores naturais, e dominam os nichos ocupados pelas espécies nativas.

97 Com relação ao assunto abordado no texto, o bioma amazônico é mais suscetível que o bioma cerrado. Ao contrário do que ocorre na floresta Amazônica, no cerrado há grande capacidade de regeneração; assim, o ambiente pode retornar ao seu estado natural após as grandes queimadas ou mesmo após anos de cultivo de determinada área.

Com base no Plano da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituído pela Lei n.º 9.795/1999, julgue os itens subsequentes.

98 Entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas para a sensibilização da coletividade para as questões ambientais e para sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

99 Por tratar-se de um assunto complexo, é preferível que uma só concepção pedagógica norteie os trabalhos de educação ambiental, pois, nesse caso, o pluralismo de ideias e de concepções apenas dificultará o processo educativo.

As diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), preveem

100 introdução do plantio obrigatório de árvores nas escolas do ensino médio e do ensino fundamental, de forma a estimular a participação dos alunos na recuperação ambiental.

101 transversalidade e interdisciplinaridade.

102 aperfeiçoamento e fortalecimento dos sistemas de ensino, meio ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

103 auto-sustentabilidade das instituições de ensino que ministrem educação ambiental.

Com relação às normas do Código Florestal, julgue os itens seguintes.

104 Em face da necessidade imperiosa de execução de obras, planos, atividades ou projetos de interesse público ou interesse social, a lei admite a supressão parcial, mas não a supressão total, de floresta de preservação permanente.

105 A Amazônia Legal abrange a área integral dos estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá, Mato Grosso, Pará e Tocantins, além de parte da área dos estados de Goiás, Maranhão e Piauí.

106 Para os efeitos do Código Florestal, entende-se como sendo de utilidade pública as atividades de segurança nacional e proteção sanitária, as obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia, e demais obras, planos, atividades ou projetos previstos em resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Julgue os itens a seguir, relativos à Política Nacional de Recursos Hídricos.

- 107** A outorga de direitos de uso de recursos hídricos efetiva-se por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos estados ou do Distrito Federal (DF). Entretanto, o Poder Executivo Federal pode delegar aos estados e ao DF competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.
- 108** Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga, salvo nos casos em que a captação da água se destinar a abastecimento público ou dessedentação de animais.
- 109** A gestão dos recursos hídricos tem como traço característico ser descentralizada, razão pela qual sua responsabilidade está afeta não apenas ao Poder Público, devendo contar, também, com a participação dos usuários e das comunidades.

Julgue os itens de **110** a **116** a respeito da série ISO 14000.

- 110** Considera-se impacto ambiental qualquer mudança no ambiente resultante, total ou parcialmente, das atividades, dos produtos e(ou) serviços de uma organização, seja essa mudança adversa ou benéfica.
- 111** As normas da ISO 14000, que estabelecem parâmetros e diretrizes para a gestão ambiental, têm caráter vinculante para todos os países que vierem a adotá-las.
- 112** O objetivo dessas normas é projetar e estruturar todos os elementos que compõem o sistema de gestão ambiental (SGA). As diferentes estruturas culturais, sociais e organizacionais devem se submeter a essas normas, com vistas ao desenvolvimento econômico, ao pleno emprego e à padronização dos processos produtivos das empresas transnacionais.
- 113** Um SGA oferece ordem e consistência para os esforços organizacionais no atendimento às preocupações ambientais por meio de alocação de recursos, definição de responsabilidades e punições, registros de não conformidade, censuras, advertências e medidas corretivas que podem até mesmo punir os infratores com multas, prestação de serviços comunitários e suspensão de atividades.

- 114** A avaliação do ciclo de vida engloba todo o ciclo de vida do produto, do processo ou da atividade de extração dos recursos naturais, processamento, fabricação, transporte, uso, reutilização, reciclagem e disposição final. Visa avaliar os efeitos ambientais associados a produto, processo ou atividade, por meio da identificação e quantificação da energia consumida, dos materiais usados, da água utilizada e dos resíduos liberados no meio ambiente.
- 115** A ISO 14000 constitui uma série de normas internacionais de caráter obrigatório sobre gestão ambiental. Esse conjunto fornece estrutura adequada para as organizações privadas de médio e grande porte gerenciarem os impactos ambientais oriundos de suas atividades, produtos e serviços.
- 116** A auditoria ambiental e a avaliação do desempenho ambiental encontram-se entre as normas ISO 14000 para as organizações. Por seu turno, a rotulagem ambiental e a avaliação do ciclo de vida estão compreendidas entre as normas para produtos.

Julgue os itens subsequentes, com base na Lei dos Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998).

- 117** A multa, as penas restritivas de direito e a prestação de serviços à comunidade são sanções penais aplicáveis a pessoas jurídicas que cometem crime ambiental.
- 118** Nos crimes ambientais, os bens jurídicos protegidos aproximam-se mais do risco do que do dano. Em razão disso, as pessoas físicas que cometem crime ambiental não podem sofrer penas privativas de liberdade, mas apenas sanções penais restritivas de direitos e multa.

Acerca da Política Ambiental no DF, julgue os próximos itens.

- 119** Inclui-se entre as competências do Conselho de Política Ambiental do DF definir áreas prioritárias de ação governamental relativa ao meio ambiente, com vistas à preservação e à melhoria da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico no DF.
- 120** A licença de operação, que autoriza o início de atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle da poluição, deve ser renovada todos os anos, observando-se a legislação vigente à época da renovação.

